

**HABEAS CORPUS Nº 492.650 - SP (2019/0038060-0)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : HORACIO LAZARO BARBOZA E OUTRO**  
**ADVOGADOS : HORÁCIO LÁZARO BARBOZA - SP383036**  
**MARIA EDUARDA QUEIROZ PERA - SP383078**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : SILVIO RICHARD ADRIANO GONCALVES (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de SILVIO RICHARD ADRIANO GONÇALVES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no julgamento do HC n.º 2259107-30.2018.8.26.0000.

Consta nos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 26/11/2018, pela suposta prática dos crimes de tentativa de homicídio, violação de domicílio, dano e furto, todos praticados em contexto de violência doméstica contra a mulher. A prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

O Ministério Público promoveu o arquivamento do inquérito policial quanto aos crimes de embriaguez ao volante e de tentativa de homicídio – manifestação acolhida pelo Magistrado de primeiro grau – e denunciou o Paciente, tão somente, como incurso no art. 155, §§ 1.º e 4.º, inciso I, do Código Penal, c.c. os arts. 5.º, inciso III, e 7.º, incisos II e IV, ambos da Lei n.º 11.340/2006, por ter, em tese, subtraído, mediante arrombamento da porta da casa da Vítima (ex-companheira) e durante o repouso noturno, um notebook. Ao receber a denúncia, foi mantida a segregação cautelar (fls. 38-40).

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, cuja ordem foi denegada (fls. 45-49).

Daí a impetração do presente *writ*, em que a Defesa sustenta, em síntese, a ausência dos requisitos para a segregação cautelar nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal e a falta de fundamentação idônea para a decretação da prisão preventiva. Afirma que o Acusado tem profissão definida e residência fixa. Argumenta que, em caso de condenação, a pena do Paciente "*inevitavelmente ficaria abaixo de 4 (quatro) anos. Ainda que tenha em seu desfavor a reincidência, portanto, não cumpriria eventual pena em meio fechado*" (fl. 8).

Requer, inclusive liminarmente, a imediata soltura do Paciente, com ou sem imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório. Passo ao exame do pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, mormente diante do que consignou o Tribunal de origem (fls. 47-48; sem grifos no original):

***"Com efeito, a folha de antecedentes de fls. 73/78 dos autos principais retrata a vivência delitiva do paciente, aparentemente contumaz na prática de crimes de furto.***

*Em face da insistência de agentes que continuam nas frequentes incursões delituosas, a lei penal processual autoriza a segregação provisória até a formação do juízo definitivo da culpa, quando então tais circunstâncias serão submetidas à análise da jurisdição Estatal.*

*Vê-se, pois, que a conduta imputada ao paciente indica, a um só tempo e em concreto, a intensidade do dolo, o grave perigo a que se vê exposta a coletividade e as nefastas consequências sociais que podem advir de sua colocação em liberdade. Para combater o suposto criminoso habitual, evitando a reiteração de condutas violadoras da tranquilidade social, há necessidade de isolá-lo do convívio social."*

Verifico que os fundamentos da segregação cautelar não se mostram, ao menos *prima facie*, desarrazoados ou ilegais – o decreto construtivo aparenta ter base empírica idônea, ao indicar elementos que denotam a concreta possibilidade de reiteração delitiva por parte do Agente, circunstância apta a demonstrar a necessidade de garantia da ordem pública.

Assim, o presente caso não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeira instância e ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nas quais deverá constar a chave de acesso para consulta aos andamentos processuais, caso necessária.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora